

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDERSON GOMES SGORLON

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PARANÁ

CURITIBA
2015

ANDERSON GOMES SGORLON

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PARANÁ

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Gestão Ambiental no MBA Internacional em Gestão Ambiental, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ana Maria Jara Botton Faria.

CURITIBA
2015

Dedico este trabalho aos meus pais, Santo Sgorlon (In memoriam) e Claudete Gomes Sgorlon que me educaram para a vida e sempre acreditaram em minha capacidade de atravessar as adversidades que a vida proporciona.

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar comigo nos momentos de alegria e me iluminar nos momentos de dificuldade e períodos de reflexão.

A minha namorada Tatiane Vaz Storrer, que me incentivou a continuar estudando mesmo com as adversidades do dia a dia.

A minha orientadora Prof. Dra. Ana Maria Jara Botton Faria por acreditar que o tema pode ser muito proveitoso e me dar o apoio necessário para concluí-lo.

A minha família que sempre me incentivou a nunca parar de estudar, mesmo quando tudo parecia difícil e sem futuro.

A Universidade Federal do Paraná, através do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias pela bolsa de estudos e por proporcionarem através do MBA Internacional em Gestão Ambiental o meu desenvolvimento pessoal e profissional ao longo do curso.

A minha companheira de trabalho e grande amiga Andressa Moraes Dutra que me ajudou na escolha do tema proposto neste trabalho.

E a todos os demais, que direta ou indiretamente estiveram presentes e me apoiaram durante essa jornada da minha vida, muito obrigado.

“Vejo a natureza como uma estrutura magnífica que podemos compreender apenas imperfeitamente e que deveria inspirar em qualquer pessoa com capacidade de reflexão um sentimento de humildade.”
(Albert Einstein)

RESUMO

A fiscalização ambiental surgiu como um modo de inibir que ocorram ações que violem as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do ambiente. A principal lei que qualificou várias infrações ambientais como crime, estipulando sanções administrativas e até pena de reclusão foi a lei federal 9605, de 12 de fevereiro de 1998. No município de Araucária, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através do Departamento de Controle Ambiental, é responsável pela fiscalização dentro dos limites do município. Os fiscais são responsáveis por lavrar os Autos de Infração Ambiental, abrindo na sequência, processos administrativos destinados a dar continuidade as possíveis punições previstas nos decretos que regulamentam essa lei. O objetivo do presente trabalho foi verificar quais os tipos de denúncias chegam diariamente na Secretaria, quais são as medidas a serem tomadas para cada tipo de denúncia e as devidas sanções administrativas e penais a serem impostas a cada infração prevista para isso. A maior incidência nos registros de denúncias são de supressão de vegetação sem licenciamento, invasão em áreas de preservação permanente e poluição hídrica através de despejo de efluente residencial *in natura* e despejo irregular de resíduos de construção civil. A análise dessas denúncias e autos de infração pode servir futuramente de instrumento para a melhoria da gestão ambiental dentro do município.

Palavras-chave: Crimes ambientais, Fiscalização, Secretaria de Meio Ambiente, Araucária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 OBJETIVOS.....	10
2.1 Objetivo geral.....	10
2.2 Objetivos específicos.....	10
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	11
3.1 Histórico do direito ambiental no brasil.....	11
3.2 Licenciamento ambiental no paraná.....	14
3.3 Fiscalização ambiental.....	16
3.3.1 Fiscalização ambiental no município de Araucária.....	18
4 MATERIAIS E MÉTODOS.....	22
4.1 Caracterização da área de estudo.....	22
4.1 Obtenção da análise de dados.....	23
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5.1 Denúncia.....	24
5.2 Verificação do local.....	25
5.3 Sanções.....	26
5.4 Corte de vegetação.....	27
5.5 Movimentação de solo.....	28
5.6 Despejo irregular de esgoto doméstico.....	28
5.7 Poluição atmosférica.....	29
5.8 Poluição sonora.....	30
5.9 Ocupação irregular de APP.....	31
5.10 Criação de animais silvestres.....	32
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

O “meio ambiente” tem conceito legal fixado na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, chamada de Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 3º, inciso I, prescrevendo-o como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Nos dias atuais, praticamente todas as atividades realizadas possuem um potencial poluidor ou um certo impacto ambiental na natureza, desde uma simples movimentação de solo para fins de construção de moradia, até as atividades de uma empresa multinacional, todas geram um impacto que a curto ou a longo prazo pode ocasionar algum tipo de degradação ao ambiente.

Com o passar dos anos, a legislação ambiental brasileira foi tomando forma e se tornando o que hoje é considerada umas das melhores legislações ambientais do mundo, caracterizando centenas de atividades e criando condicionantes para as mesmas acontecerem, qualificando e quantificando crimes, também havendo sanções tanto administrativas quanto penais ao infrator.

As sanções podem variar de advertência, multa simples, multa diária, apreensões, embargos, etc, e de acordo com o decreto federal 6514/08 as multas podem variar do mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ao máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) dependendo do tipo de infração, impacto ambiental causado, se há mais de uma infração, se houve tentativa de dificultar o ato fiscalizatório, entre outros.

A atuação das equipes de fiscalização é de suma importância, pois através deles é possível averiguar a legalidade ambiental de empresas, pela verificação de documentos, análises de medidas mitigadoras tomadas, buscando no licenciamento ver se as condicionantes impostas para tal estão sendo cumpridas, também é possível verificar qualquer outro tipo de atividade, não somente de empresas em funcionamento, mas também as que pretendem se instalar, condomínios de residências, atividades de extração mineral, etc. Portanto, cabe a Secretaria Municipal de Meio Ambiente a nível municipal e ao Instituto Ambiental do Paraná, o papel de tomar as medidas cabíveis para impedir a instalação, ou o funcionamento de determinado empreendimento. Quando nesses casos for constatada a desconformidade com o que havia sido autorizado na etapa de licenciamento (BRASIL, 2009).

Porém, devido a muitas dificuldades encontradas em muitos setores públicos no país, muitos casos passam despercebidos, aqui entra o papel da sociedade civil como um

todo realizando denúncias e trazendo informações onde os agentes fiscalizadores possam atuar da melhor maneira em cada situação, isso sendo previsto em lei federal. Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia, de acordo com o art. 70, § 2º da Lei Federal 9605/98 (Brasil, 1998).

Procurar saber da vivência de outros órgãos ambientais, tanto municipais quanto estaduais é importante para o desenvolvimento dentro do município de Araucária das atividades de controle e fiscalização ambiental.

O presente trabalho poderá servir de apoio a outros órgãos municipais e estaduais, por tratar das técnicas usadas no exercício da fiscalização que podem ser adotadas por outras autarquias de fiscalização e licenciamento ambiental. Também as empresas e a população, para mostrar que a legislação ambiental não serve apenas para aplicação de multas, mas como um meio de mostrar que a curto ou longo prazo essas medidas tomadas pelas equipes beneficiará a população como um todo, até mesmo o próprio infrator.

Este trabalho pretende apresentar um panorama das fiscalizações ambientais no município de Araucária, partindo da denúncia e passando por todo o processo administrativo até a sua conclusão.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho teve por objetivo verificar o andamento das infrações ambientais no município de Araucária, no estado do Paraná, desde quando ocorre a denúncia, passando pelas vistorias, autos de infração, processos administrativos até a sanção final.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Acompanhar todo o processo de fiscalização do município de Araucária;
- b) Identificar os tipos de denúncia que chegam a equipe de fiscalização;
- c) Mostrar como cada denúncia é verificada e que procedimento é tomado a fim de resolver o problema.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 HISTÓRICO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL

O direito ambiental e seus pensamentos já existem a milhares de anos, alguns registros de proteção ambiental são da dinastia Chow (1122 – AC a 255 AC), em que o imperador recomendava a conservação das florestas do seu império (MILLER, 1997). Também na Grécia, Platão falava sobre a importância das árvores no ciclo da água e no combate a erosão (FILHO, 2013).

A legislação portuguesa em vigência na primeira década do descobrimento do Brasil eram as Ordenações Afonsinas – primeiro Código legal europeu, cujo trabalho de compilação foi concluído em 1446 – homenagem ao rei que ocupava o trono português, D. Afonso V (WAINER, 1993).

A preocupação Real em proteger as florestas era motivada pela necessidade do emprego das madeiras para o impulso da expansão ultramarina portuguesa. A supressão vegetal das árvores frutíferas era considerado ato de crime de injúria ao rei, tamanha a preocupação ambiental e foi proibido pela Ordenação do rei D. Afonso IV, em 12/03/1393 (SILVA, 2002).

A preocupação com os animais era ainda mais antiga, tendo originado uma previsão pelo rei D. Diniz em 09/11/1326, na qual equiparava o furto de aves a qualquer outro furto. Saliente-se o caráter precursor dessa norma legal, além disso era previsto pagamento de multa pelo infrator, a fim de reparar, materialmente, o proprietário pela perda do animal, além de haver valores distintos para as aves. (WAINER, 1993)

Em uma breve linha do tempo é possível destacar as principais proibições e medidas a coibir os crimes contra o ambiente durante o Brasil Colônia:

- Manutenção das Ordenações Afonsinas.
- Inserção das Ordenações Manuelinas – término da compilação em 1514; revisão e ampliação findas em 11/03/1521.
- Preocupação com a terra, não somente relacionada à agricultura, mas também, ao repovoamento. Evolução para o sistema das capitanias hereditárias.

- Proibição da caça aos coelhos, respeitando-se o período de cria.
- Reiteração da proibição do transporte de farinha e pão.
- Proteção às abelhas, coibindo quem não houvesse preservado sua vida.
- Tipificação do corte de árvores frutíferas como crime, dando início à reparação do dano ecológico, pois eram atribuídos valores às árvores; quanto mais valiosa, mais severa a pena.

O Brasil Colônia foi considerado como local para cumprimento de pena de degredado permanente. Até pelo corte de árvores de fruto, quando o seu valor fosse superior a 30 cruzados, o autor era degredado para o Brasil. (SILVA, 2002)

Segundo Silva (2002), em 1548, D. João III implantou um novo sistema denominado Governo Geral, com o propósito de centralizar o poder em nome da Coroa Portuguesa, evitando assim os descaminhos do pau-brasil, além de criar mecanismos para conter os crescentes ataques ingleses na Amazônia, e dos franceses no Maranhão, surgindo, nessa fase, legislação especial através de cartas régias, alvarás, provisões. O primeiro destes é outorgado a Thomé de Souza em 17/12/1548, que em seu capítulo 35, reafirma o regime do monopólio do pau-brasil, cuja extração deveria ser feita “com o menor prejuízo da terra.”

Ainda em 1580, o Brasil passa para o domínio espanhol sob Felipe II, que se preocupava muito com riquezas naturais. A essa época, Pero Magalhães de Gândavo descreve condição climática no Brasil – seis meses de verão de setembro a fevereiro e seis meses de inverno de março a agosto – e Gabriel Soares de Souza descreve as riquezas naturais das terras brasileiras. Concomitante a isso, uma grande devastação assola as florestas de Portugal, levando D. Felipe II, em 09/06/1594, a expedir carta de regimento contendo verdadeiro zoneamento ambiental, delimitando áreas de florestas. (SILVA, 2002)

Em 12/12/1605, foi criada a primeira lei florestal brasileira – Regimento sobre o Pau-Brasil – o qual proibia, entre outras coisas, o corte do mesmo, sem expressa licença real, aplicando penas severas aos infratores e realizando investigações nos solicitantes das licenças. Este documento foi inserido no Regimento da Relação e Casa do Brasil em março de 1609, que foi o primeiro Tribunal brasileiro instalado na cidade de Salvador, com jurisdição em toda a colônia. Neste sentido, salienta-se a legislação florestal de 08/05/1773, na qual D. Maria I ordena ao Vice-Rei do Estado do Brasil, cuidado especial

com as madeiras cortadas nas matas e arvoredos, especialmente naquelas que tivessem árvores de Pau-Brasil. (SILVA, 2002)

Passando para a República, já em meados dos anos 30 começa a ser estabelecido o controle federal sobre uso e ocupação do território nacional e de seus recursos como água, fauna e flora, passaram a ser regidos por legislação específica para que não houvesse nenhum tipo de articulação entre os recursos e cada uma das políticas específicas da época.

Surge assim o Código das Águas ou Decreto-lei nº 852/38, Código de Pesca ou Decreto-lei nº 794/38, a fauna pelo Código de Caça ou Decreto-lei nº 5.894/43, o solo e o subsolo pelo Código de Minas ou Decreto-lei nº 1.985/40, e a flora pelo Código Florestal ou Decreto nº 23.793/34.

Na década de 60 surgiram leis maiores e mais específicas do que as anteriores no que diz respeito as questões ambientais, entre as mais importantes, o Estatuto da Terra ou Lei nº 4.504/64, a Lei de Proteção à Fauna ou Lei nº 5.197/67, o Código de Pesca ou Decreto-lei nº 221/67 e o Código de Mineração ou Decreto-lei nº 227/67 e talvez o mais importante deles que geraram discussões até os dias atuais, o Código Florestal ou Lei nº 4.771/65, e é nesse período que surgem as regulamentações das atividades através de outorgas e concessões para a exploração de fauna, flora, minerais e recursos hídricos.

As concessões e outorgas eram cedidas por órgãos da União, que desempenhavam as políticas relativas a cada um dos tipos de recursos ambientais através dos seguintes órgãos específicos: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Departamento Nacional de Prospeção Mineral (DNPM), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

Somente após esse período, já nos anos 80 que a preocupação com o ambiente passou a ser discutida de maneira verdadeiramente ampla que podemos dividir-se em quatro grandes marcos.

A Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, é o primeiro grande marco em termos de norma de proteção ambiental no Brasil. Essa legislação definiu de forma avançada e inovadora os conceitos, princípios, objetivos e instrumentos para a defesa do ambiente, reconhecer ainda a importância deste para a vida e para a qualidade de vida.

O segundo marco é a edição da Lei da Ação Civil Pública ou Lei nº 7.347/85, que

disciplinou a ação civil pública como instrumento de defesa do meio e dos demais direitos difusos e coletivos e fez com que os danos ao ambiente pudessem efetivamente chegar ao Poder Judiciário.

A Constituição Federal de 1988 foi o terceiro grande marco da legislação ambiental ao encampar tais elementos em um capítulo dedicado inteiramente ao “meio ambiente” e em diversos outros artigos em que também trata do assunto, fazendo com que o ambiente alcançasse à categoria de bem protegido constitucionalmente.

O quarto marco é a Lei de Crimes Ambientais ou Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Essa lei regulamentou instrumentos importantes da legislação ambiental como a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica e a responsabilização penal da pessoa jurídica.

3.2 Licenciamento ambiental no Paraná

Segundo a Resolução nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, Licenciamento Ambiental, é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (BRASIL, 1997).

A partir da Lei Federal nº 6.938, de 1981, o licenciamento ambiental tornou-se obrigatório em todo o país e, desde então, passou a ser visto como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). No entanto, o grande marco histórico se deu através da Resolução nº 237, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), na qual a concessão de licenças para os casos de impactos locais passou a fazer parte da competência dos municípios (MARCONI, 2012).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o processo de licenciamento ambiental foi criado como medida de avaliação preventiva, pois se subsidia da análise das questões ambientais em todas as etapas de um projeto (planejamento, instalação e operação). Desta forma, pode-se demonstrar aos empreendimentos a maneira correta de se fazer, visando sempre à proteção do ambiente (BRASIL, 2009).

A Resolução 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu art. 8º define as licenças como:

- I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;
- III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Além disso, ainda há licenças específicas tendo em vista as peculiaridades dos empreendimentos que nesse caso é expedido quando há a necessidade, previsto no art. 9º da resolução 237/97.

No Paraná, o licenciamento fica a cargo do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que foi instituído pela Lei Estadual 10.066 e a criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), sendo resultado da fusão da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA) e do Instituto de Terras, Cartografia e Floresta (ITCF).

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, prevê a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas ao “meio ambiente”, podendo assim, haver a descentralização dos municípios em relação ao Instituto Ambiental do Paraná, dando aos mesmos maior autonomia no licenciamento e fiscalização.

Hoje, no município de Araucária, são expedidas licenças principalmente para o corte de árvores, previsto na Lei Municipal 2159/2010 e que o IAP dispensa o licenciamento em sua portaria 096/2007 e a Resolução conjunta SEMA/IAP 051/2009. Também há casos de licença para movimentação de solo de até 100 m³ que é dispensado de licenciamento pelo IAP, mas que o município exige.

Para licenciamento de empreendimentos e atividades que não se enquadram nas dispensas concedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná, e consequentemente o município não possui competência para licenciar, é concedida uma Anuência Prévia, para aí então pleitear junto ao IAP a licença específica para determinada atividade.

Nesse momento, no município há um processo de implantação do licenciamento que foi possível através da Lei Complementar Federal 140/2011, que trata sobre a

cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente nº 088/2013 que estabelece critérios, procedimentos e tipologias para o licenciamento ambiental municipal de atividades, obras e empreendimentos que causem ou possam causar impacto de âmbito local.

3.3 Fiscalização ambiental

Com a maior preocupação com o ambiente como um todo e a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, surgiu a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998, popularmente conhecida como Lei de Crimes Ambientais, a partir dessa foram definidas as sanções para cada tipo de ação lesiva ao ambiente, e ainda como é instaurado o processo administrativo quando lavrados autos de infração.

Segundo essa lei, em seu art. 70 § 1º define que são autoridades competentes para lavrar autos de infração ambiental e instaurar processo administrativo, os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâncias dos Portos, do Ministério da Marinha (BRASIL, 1998).

Nesse mesmo artigo, também fica expresso que a autoridade ambiental competente, tendo o conhecimento da infração ambiental fica obrigada a apurar o fato de maneira imediata, podendo sofrer processo administrativo sob pena de corresponsabilidade do ato (BRASIL, 1998).

Ao infrator, fica garantido o direito a defesa em um prazo estipulado de vinte dias a partir da data do auto de infração. Após isso a autoridade competente tem trinta dias para julgar o auto de infração, contados da data da lavratura, mesmo que o infrator não tenha apresentado defesa, em seguida, mais vinte dias para o infrator recorrer da decisão que o condena instância superior, e finalizando, caso o recurso seja novamente indeferido o infrator tem cinco dias para o pagamento da multa, contados da data do recebimento da notificação, de acordo com o art. 71 da lei federal 9605/98 (BRASIL, 1998).

Atualmente, nas atividades de fiscalização, é utilizado como auxílio o Decreto 6514, de 22 de julho de 2008, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais em substituição ao Decreto 3179, de 21 de setembro de 1999 que dispõe basicamente dos valores de multas e demais sanções administrativas a serem tomadas pelas equipes de

fiscalização.

As sanções administrativas estão previstas tanto na Lei 9605/98 quanto no Decreto 6514/08 devendo-se em primeiro momento observar:

- A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;
- Os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;
- A situação econômica do infrator, no caso de multa.

Após tendo observado o disposto anteriormente são aplicadas as sanções que podem variar entre:

- Advertência;
- Multa simples;
- Multa diária;
- Apreensão de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, apetrechos, equipamentos ou veículos utilizados na infração;
- Destruição ou inutilização de produto;
- Suspensão de venda e fabricação de produto;
- Embargo de obra ou atividade;
- Demolição de obra;
- Suspensão parcial ou total de atividades;
- Restritiva de direitos.

A advertência poderá ser aplicada para as infrações administrativas de menor lesividade ao ambiente, ou seja, aquelas em que a multa máxima decretada seja inferior ao valor de R\$ 1.000,00. No entanto, será estipulado um prazo para que o infrator sane tais irregularidades, também não podendo o infrator receber nova advertência em um prazo de três anos. (BRASIL, 2008)

A multa simples cabe quando constatado o auto de infração e não havendo a possibilidade da advertência, a multa estabelece o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta

reais) e máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (BRASIL, 2008).

A multa diária é aplicada quando a infração se prolonga com o passar do tempo, por exemplo, uma determinada empresa lança seu efluente fora dos padrões estipulados em lei, então a multa diária é aplicada até a regularização de tal lançamento.

A apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora se dá a todo tipo de infração relacionada a fauna, como impedir a procriação, danificar ninhos e venda ou guarda sem as devidas licenças. Nestes casos a multa pode ser estipulada por unidade ou quilograma de animal apreendido, sendo esta de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante em listas oficiais de risco ou ameaça de extinção, ou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) quando constante nestas referidas listas.

A destruição ou inutilização do produto se dá quando há algum tipo de apreensão, por exemplo no caso de aves, após o devido encaminhamento dos animais, as gaiolas utilizadas para seu aprisionamento são destruídas.

A suspensão de venda e fabricação do produto é imposta quando há descumprimento total ou parcial do embargo, já o embargo de obra ou atividade ocorre com a finalidade de impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada, restringindo-se exclusivamente ao local onde verificou-se a prática do ilícito.

A demolição de obra é aplicada quando o empreendimento está sendo construído em desacordo com a legislação ambiental vigente, e não é passível de regularização.

A restritiva de direitos ocorre através da suspensão ou cancelamento de registro, licença ou autorização; da perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; da perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e da proibição de contratar com a administração pública.

3.3.1 Fiscalização ambiental no município de Araucária

No município de Araucária, existe a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela gestão ambiental da cidade, sendo dividida em quatro departamentos:

- Educação ambiental
- Infraestrutura

- Limpeza pública
- Controle ambiental

O departamento de Educação Ambiental tem por finalidade desenvolver atividades em escolas, empresas e com a população em geral, de maneira formal ou informal, a fim de trazer a consciência da importância do meio ambiente para as atuais e futuras gerações, além de promover eventos alusivos a datas comemorativas relacionadas as questões ambientais.

O departamento de Infraestrutura é composto pelos serviços de administração e projetos, jardinagem, paisagismo, manejo da arborização urbana e recuperação ambiental, serviço dos cemitérios municipais, de informação ambiental e o serviço do Horto Florestal Municipal. Tendo também por finalidade planejar, coordenar e executar as atividades de implantação ou recuperação de logradouros públicos coordenar, orientar e disciplinar o uso social dos parques e logradouros públicos.

O departamento de Limpeza Pública tem por finalidade planejar, coordenar, promover a limpeza pública, propondo normas e padrões ambientais, bem como programar e fiscalizar a limpeza pública no município, através das seguintes ações: administrar a limpeza urbana, a coleta, a reciclagem e a disposição final de resíduos.

Entre os principais serviços do departamento estão a coleta de resíduos orgânicos e recicláveis tanto na área urbana quanto na área rural, varrição de vias públicas, coleta de resíduos hospitalares, entre outros.

O departamento de Controle Ambiental tem por finalidade o licenciamento, fiscalização e monitoramento em âmbito municipal das questões relacionadas com o ambiente.

Entre as principais atribuições do departamento estão:

- Subsidiar a elaboração e proposição de normas e padrões de qualidade ambiental, por meio do monitoramento da cobertura vegetal, dos níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora e de contaminação do solo;
- Emitir parecer técnico quanto ao uso e ocupação de áreas de bosques arroladas em legislação específica, para o licenciamento ambiental;
- Emitir parecer técnico nos pedidos de corte ou poda de árvores, em atendimento à legislação vigente, no que se refere à vegetação arbórea,

maciços florestais ou árvores isoladas;

- Analisar projetos e requerimentos relativos ao uso e ocupação de áreas cobertas por vegetação legalmente protegida;
- Promover o monitoramento da cobertura vegetal e das áreas naturais protegidas;
- Controlar as atividades de exploração de recursos vegetais, com finalidade econômica;
- Fiscalizar e executar legislação pertinente às áreas, às fontes poluidoras, depósitos de agrotóxicos, aplicadores de produtos poluidores ao meio ambiente, excessos de resíduos de fontes móveis ou fixas e emissões atmosféricas de fontes móveis e fixas;
- Executar levantamento de áreas a serem definidas como de preservação permanente ou como unidade de conservação;
- Fiscalizar e controlar atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de qualquer natureza, que possam causar degradação ao meio ambiente;
- Fiscalizar e controlar o armazenamento, transporte e manipulação de materiais e rejeitos perigosos;
- Fiscalizar e controlar atividades de extração mineral;
- Emitir parecer técnico quanto à instalação, ampliação e funcionamento de atividades potencialmente poluidoras, para o licenciamento ambiental;
- Exercer a fiscalização em conjunto com os demais órgãos de governo;
- Elaborar e propor normas e padrões de qualidade ambiental, relativos ao controle da poluição, em suas diferentes formas e em relação ao uso e ocupação do solo e arborização;
- Propor a elaboração de legislação específica à sua área de competência;
- Exercer o poder de polícia de defesa dos recursos naturais e da manutenção da qualidade ambiental;
- Fiscalizar a exploração de recursos naturais no município, mediante delegação dos órgãos competentes;
- Analisar e instruir os pedidos de licenciamento ambiental, quanto à instalação, ampliação, e funcionamento de atividades potencialmente

poluidoras;

- Analisar e instruir os pedidos de licenciamento ambiental, quanto ao uso e ocupação de áreas com vegetação significativa;
- Analisar e instruir os pedidos de licenciamento, quanto à exploração de recursos minerais;
- Conceder licença especial de corte e poda de árvores, em atendimento à legislação vigente, no que se refere à vegetação arbórea, maciços florestais ou árvores isoladas;
- Realizar estudos e pesquisas voltadas ao controle ambiental;
- Administrar o sistema de cadastro e geoprocessamento ambiental.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Caracterização da área de estudo

Integrada à Região Metropolitana de Curitiba – RMC, no primeiro planalto paranaense, Araucária ocupa uma área de 460,85 km², situa-se a 857m do nível do mar. O Município de Araucária faz parte do centro mais ativo e desenvolvido do Estado, com área de influência em crescente expansão e destaque na Região Sul do País (ARAUCÁRIA, 2015).

Estrategicamente localizado em relação ao Mercosul, o Centro Industrial de Araucária – CIAR, com 46.137.500,00m² de área destinada ao pólo industrial, sediando as indústrias já instaladas e reservada às novas implantações, conta com matéria-prima local disponível para atender, principalmente a Agro-Indústria e a Petroquímica, com infraestrutura, acesso rodo-ferroviário e fácil conexão com aeroportos e portos marítimos (ARAUCÁRIA, 2015).

Situada às margens do Rio Iguaçu, é cortada pela BR-476 – Rodovia do Xisto, via de interligação da Região Sudoeste do País. Está a 27 km do centro de Curitiba. Nasceu de uma concentração de imigrantes eslavos, voltados inicialmente para a agricultura pelas condições propícias de clima e solo, com o cultivo de culturas como o trigo, milho, batata, hortaliças, fruticultura e avicultura (ARAUCÁRIA, 2015).

Com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, na década de 70, a cidade começou a sofrer influências do desenvolvimento industrial, servindo de sede a novas indústrias, com geração de empregos e o deslocamento de trabalhadores da área rural para a urbana, mas adaptando-se ao processo de industrialização, mantendo suas características agrícolas, o que a torna um importante pólo agro-industrial. (ARAUCÁRIA, 2015).

A população atual é formada por descendentes dos primeiros habitantes da região (luso brasileiros, índios e negros) por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses e por migrantes vindos de outras regiões, atraídos pela industrialização, a partir da década de 70.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Araucária tem população estimada de 133.428 habitantes, área de 469,240 Km², sendo

aproximadamente 84 km² de área urbana e aproximadamente 380 km² de área rural, com densidade demográfica de 253,86 hab/km² e estando a 897 metros do nível do mar

Araucária situa-se numa região de clima subtropical quente-temperado, sempre úmido, variando de verões frescos a invernos frios com ocorrência de geadas. A temperatura média anual é de 16 °C, variando entre 27 °C em fevereiro e 8 °C em julho. Maior precipitação no mês de janeiro e menor no mês de agosto. Todo o período é úmido. A umidade relativa do ar situa-se na faixa dos 80% (ARAUCÁRIA, 2015).

Uma irrigação generosa é proporcionada ao município por quatro bacias hidrográficas: Rio Iguaçu, Rio Passaúna, Rio Barigüi e Rio Cachoeira. Estima-se que a profundidade do lençol freático situa-se entre 3 e 6 metros nas partes mais altas e chegue a apenas 1 metro nas partes aluvionares. As condições de drenagem são favoráveis face às declividades naturais do terreno, situado no divisor de águas da Represa do Passaúna e do Rio Barigüi (ARAUCÁRIA, 2015).

A geologia da área urbana de Araucária é simples, sendo representada pela ocorrência das seguintes unidades geológicas ou litoestratigráficas: Aluviões, Complexo Cristalino (Embasamento) e Formação Guabirotuba (Bacia Sedimentar de Curitiba). A área apresenta um relevo relativamente suave, com altitudes variando entre 860 e 940 metros, sendo dividida em três aspectos morfogênicos, intimamente ligados às litologias sobre as quais foram esculpidos. Regiões Planas, onde aflora a Formação Guabirotuba Colinas Baixas e Arredondadas sobre os migmatitos Planícies Aluvionares, nos fundos dos vales dos rios da região.

4.2 Obtenção da análise de dados

A metodologia utilizada para a realização do trabalho se baseia em pesquisas bibliográficas, tais como livros, periódicos e impressos, pesquisas em documentação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araucária durante o período de julho a outubro de 2015, além da vivência do dia a dia da equipe de fiscalização ambiental do Município, que foi de suma importância para o desenvolvimento do trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Denúncia

O primeiro passo na hora de instaurar o processo administrativo é a denúncia. Esse é o meio que a sociedade civil tem de que seja verificada alguma possível irregularidade ao meio ambiente, como supressões de vegetação, atividade irregular de empresas, movimentações de solo poluição hídrica, entre outros.

As denúncias são feitas de várias maneiras, a mais comum é por meio telefônico principalmente do receio que a maioria dos denunciantes tem de serem identificados e sofrer represálias de quem está sendo denunciado.

As denúncias também são feitas pessoalmente, quando o denunciante vai até a Secretaria para expor o problema, e também quando tem alguma outra informação relevante que não poderia ser transmitida via telefone.

Outro canal para serem realizadas denúncias – este mais recente, iniciado em 2015 – é o e-mail, a Secretaria dispõe de um correio eletrônico específico para o recebimento de denúncias, onde além do exposto em texto pode-se enviar fotos, mapas, e outras informações relevantes que possam auxiliar na atividade de fiscalização, tudo isso pelo endereço: denuncia.ambiental@araucaria.pr.gov.br

Existe ainda um meio que não está ligado diretamente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente que é o da Ouvidoria Municipal, também podendo ser realizadas denúncias através de telefone, e-mail e pessoalmente. Após o recebimento da denúncia pelo ouvidor, o mesmo encaminha a reclamação para seus respectivos departamentos.

Quando a denúncia é feita através de telefone ou pessoalmente, é gerada uma ordem de serviço com um número para que a pessoa possa acompanhar o andamento do pedido. Essa ordem de serviço contém informações básicas como nome e telefone do denunciante (caso o mesmo queira disponibilizar), endereço da irregularidade, bairro e descrição sumária da ocorrência.

Através do e-mail não existe um número de registro, porém as mensagens ficam no servidor, podendo assim, o denunciante solicitar o andamento da mesma.

A Ouvidoria Municipal possui um número de controle próprio e a denúncia é enviada através de um sistema integrado, podendo o próprio ouvidor verificar por quais

outras Secretarias a reclamação passou quando necessário, quantos dias foram precisos para um parecer do responsável pela fiscalização, além poder verificar e cobrar os prazos.

5.2 Verificação do local

Na maioria das vezes, antes de fazer a vistoria *in loco*, é feita uma verificação do local na base cartográfica municipal, um sistema onde é possível examinar os detalhes da área, como a presença de rios e córregos e suas respectivas áreas de preservação permanente, zoneamento, nivelamento do terreno além de constar fotos de satélite no local. Através dessa ferramenta pode-se também verificar a propriedade do terreno, número de matrícula, indicação fiscal, área total, cotas de alagamento e suas respectivas coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), como indicado na figura 1.



Existem casos em que não há tempo dessa verificação, pois a equipe já está em alguma ocorrência fora da Secretaria e então quando chega a denúncia a equipe em campo é contatada através de telefone e repassada as devidas informações para a averiguação.

No local da infração observando os dispostos do art. 6º da Lei 9605/98 é feita toda uma vistoria minuciosa no local a fim de verificar todas as infrações cometidas para

aplicar as sanções previstas no art. 72 da mesma lei.

5.3 Sanções

Verificado as infrações, são impostas as sanções administrativas dispostas no art. 72 da Lei de Crimes Ambientais, existem situações em que o responsável pelo local não se encontra, apenas seus funcionários ou contratados, nesses casos é feita uma notificação de esclarecimento para que o responsável legal compareça a Secretaria para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido para então ser lavrada a sanção que se encaixa na ocorrência.

A partir do recebimento do auto de infração, o infrator tem um prazo de 20 dias para oferecer defesa ou impugnação contra a sanção nessa defesa o infrator justificará sua ação podendo também propor a conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e restauração da qualidade do meio ambiente (BRASIL, Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998, art. 71).

Há casos em que o infrator prefere não entrar com recurso, assumindo assim a culpa dos fatos e resolvendo pagar a multa. Nesses casos se o infrator resolver pagar o valor da multa a vista, consegue um abatimento de 30% (trinta por cento) sobre o valor integral. Caso não existam condições de pagar a vista, pode-se optar por parcelamento do valor, porém sem abatimento do valor e com parcelas no valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Optando-se o infrator a entrar com recurso junto a Secretaria de Meio Ambiente, após julgado o recurso em caso negativo o infrator terá mais vinte dias para recorrer em instância superior e em novo resultado negativo do julgamento o infrator terá cinco dias para pagar a multa imposta.

Em caso de haver algum equipamento apreendido como, por exemplo, motosserras, o equipamento será encaminhado para um local específico onde ficará até o infrator apresentar a devida documentação autorizando o porte desse equipamento. Porém ainda responderá o processo por portar equipamento sem carregar consigo a devida documentação.

Já nos casos de apreensão de animais silvestres sem identificação, além da multa, o mesmo perderá o direito a esses animais, e os mesmos são encaminhados ao

devido tratamento em órgão especializado.

Todos os valores arrecadados com multas são depositados diretamente ao Fundo Especial de Meio Ambiente, instituído pela Lei Municipal nº 1292 de 26 de dezembro de 2001, onde são utilizados para o financiamento de programas, projetos e ações que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a restauração do ambiente.

5.4 Corte de vegetação

Quando recebida a denúncia, primeiramente é necessário saber se o fato está em andamento ou se já foi realizado. No caso de estar em andamento a equipe se desloca diretamente ao local, em caso de já haver acontecido, primeiramente é verificado na base cartográfica a incidência de área de preservação permanente (APP).

No local é feita a vistoria solicitando – em caso de haver algum responsável ou funcionário no local – a documentação pertinente a atividade, após isso é feita a verificação, se for possível, da quantidade de árvores suprimidas, o DAP (Diâmetro de Altura do Peito) se está ou não em APP e as espécies, se são nativas ou exóticas.

Essa vistoria é feita em caso positivo ou não de documentação. No caso de haver a documentação a vistoria é realizada para a verificar se a licença está sendo cumprida conforme as condicionantes impostas pelo órgão fiscalizador. Em caso da atividade não estar cumprindo as condicionantes, ou não haver documentação, a vistoria serve para enquadrar o infrator conforme a lei, calcular o valor da multa e se julga necessário ou não a restauração imediata da área danificada.

Também é verificada a documentação dos equipamentos utilizados, em caso de não haver documentação ou havendo alguma irregularidade o equipamento é apreendido e levado a sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Caso o infrator possua os documentos, mas não o esteja portando, após a apresentação de tais documentos, o equipamento é devolvido.

Após essas etapas é aberto um processo administrativo apurando-se os fatos e aguardando se o infrator irá protocolar defesa referente ao caso ou resolverá pagar o valor da multa imposta.

5.5 Movimentação de solo

Nos casos de movimentação de solo ou terraplanagem, o início da verificação é feita da mesma maneira que nos casos de supressão de vegetação. Verifica-se a incidência de área de preservação permanente e até mesmo algum tipo de vegetação que possa existir no local.

No local, a verificação há também a verificação de documentação e suas condicionantes, sendo calculada a movimentação de solo em metro cúbico (m³). Em caso de movimentações de solo até 100 m³, o município pode licenciar. A partir de 101 m³ deve-se solicitar licenciamento junto ao Instituto Ambiental do Paraná. Caso o agente fiscalizador ache necessário, poderá lacrar a máquina, para que a mesma não continue sendo utilizada em caso de embargo da área em questão.

Após isso, o mesmo procedimento de processo administrativo é instaurado verificando-se a necessidade de recuperação da área e/ou medida compensatória a ser imposta ao infrator.

5.6 Despejo irregular de esgoto doméstico

Existe no município residências onde é comum o despejo irregular de esgoto doméstico *in natura* em rios, córregos, realizando ligações irregulares a rede de águas pluviais e no próprio solo, isso trás uma carga de matéria orgânica, que acaba causando a contaminação desses lugares.

Onde existe a rede de esgoto, as edificações ficam obrigadas a se conectar desativando – se possuir – o sistema de fossa séptica e o sumidouro. Em áreas não atendidas por rede de coleta de esgoto, nas edificações que possuam fossa séptica ou outra solução para o esgotamento sanitário, o proprietário fica obrigado a efetuar manutenções periódicas e manter sinalizada sua localização precisa no lote (ARAUCÁRIA, Lei 2159/2010).

Nesse caso é verificada primeiramente se a residência é atendida pela rede coletora de esgoto, após é verificado com a ajuda de um corante disponível em diferentes cores, as saídas de efluente da residência, havendo alguma irregularidade esse corante

irá acusar onde está.

Assim é possível enquadrar o infrator no objeto da lei lavrando o auto de infração e notificando o mesmo a regularização da infração, realizando a ligação da residência a rede de esgoto, ou em caso de não ser atendido pela rede, providenciar a construção de fossa séptica com sumidouro.

5.7 Poluição atmosférica

Existem vários tipos de lançamentos de efluentes gasosos, desde a simples queima de resíduos até grandes indústrias, tendo os mais variáveis tipos de gases tóxicos sendo lançados na atmosfera todos os dias, para isso existindo resoluções e leis que regulamentam os limites máximos aceitáveis para a emissão de poluentes.

Com relação a queima de resíduos em residências, a primeira coisa a ser verificada é se existe a queima de resíduos a céu aberto e os tipos de resíduo que estão sendo queimados. Em muitos casos há a incineração discriminada de plásticos, madeiras com tratamento químico, fibra de vidro, entre outros, altamente tóxicos e nocivos a natureza e a saúde da população. Nesses casos, é lavrado o auto de infração com imposição de penalidade.

Existem também casos de queima em fogão a lenha, então é verificada a situação da chaminé da residência, altura e distância das residências próximas e tipo de material queimado. Sendo assim é lavrada advertência, para que os responsáveis adequem a chaminé de acordo com a legislação e fiquem cientes do tipo de material que pode ser queimado em fogão a lenha para que não seja nocivo a saúde dos residentes e da vizinhança do entorno.

Em situações de pintura a céu aberto, tanto em empresas de pequeno, médio e grande porte, de vários seguimentos, como metalúrgico, automobilístico, etc, quando é constatada a irregularidade, além da multa, no auto de infração é solicitada a construção de cabine de pintura adequada para a atividade, isolada, com sistema de captura de partículas, e que após acúmulo dessas partículas as mesmas sejam destinadas a aterro licenciado e adequado para receber o material.

Se tratando de emissões atmosféricas de empresas de grande porte, em que a fumaça expelida faz parte do processo produtivo, nos autos são solicitados laudos dessas

emissões, feitas por empresas especializadas, com licenciamento vigente e equipamentos calibrados para tal medição. As emissões devem estar de acordo com os padrões estabelecidos na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente 436, de 22 de dezembro de 2011, em caso negativo é lavrado auto de infração e dependendo do caso imposta além da multa simples, a multa diária até a resolução do problema.

5.8 Poluição sonora

Existem várias situações diferentes no que diz respeito a poluição sonora, as principais delas são referentes a festas, casas noturnas e bares, sendo para cada um desses casos, tomada uma atitude diferente.

Os casos mais comuns de poluição sonora são ocasionados por bares e casas noturnas, essas proporcionam shows ao vivo, máquinas chamadas jukebox, que tem potência sonora elevada, e acabam ocasionando certo incomodo a vizinhança.

Esse tipo de situação pode acontecer em diversos horários, porém a grande maioria acontece no período da noite, sendo que a equipe de fiscalização em um primeiro momento faz uma aferição de pressão sonora na casa do reclamante com um decibelímetro – equipamento adequado para medir diversos níveis de pressão sonora – devidamente calibrado Essa aferição é realizada em diversos cômodos da residência, com janelas abertas e fechadas para medir com precisão cada pressão de ruído.

Após isso, é gerado um relatório com os níveis aferidos, sendo que os mesmos devem estar de acordo com a resolução 001/1990 do Conselho Nacional de Meio ambiente que utilizam os padrões dispostos na nas Normas Brasileira 10151 e 10152 que avalia os ruídos em áreas habitadas visando o conforto da comunidade.

Em seguinte, é verificado no alvará de funcionamento se existe a premissa de que pode haver no local a exploração de equipamentos sonoros ou show ao vivo. Em caso negativo, é feita a proibição ao dono do estabelecimento de utilizar tal máquina ou executar shows, no caso de jukebox, o dono do equipamento recebe uma notificação para haver um controle do volume que não ultrapasse os estabelecidos nas normas vigentes.

Em caso de haver tal premissa, o responsável pelo estabelecimento é autuado e dado um prazo para que o mesmo providencie o devido isolamento acústico, As medições de níveis de ruído não podem, como dito anteriormente, ultrapassar os níveis de pressão

sonoras dispostas nas Normas Brasileiras.

No que diz respeito as festas isoladas, ou seja, que acontecem apenas uma única vez, esporadicamente é chamada a polícia ou a guarda municipal ambiental para que se faça cumprir os dispostos na lei. Caso a ação policial não resolva a perturbação do sossego, o responsável é identificado, e além de responder criminalmente, também responde por crime ambiental.

Situações de propaganda a motor, os veículos de empresas de marketing e propaganda são identificados e notificados a comparecer na Secretaria de Meio Ambiente. Em um primeiro momento, são orientados quanto aos níveis de pressão sonora, e sendo aferido o equipamento utilizado, após a medição o mesmo assina um termo de ciência onde é especificado em que volume o equipamento deve ficar em zonas residenciais, zonas escolares e próximos a hospitais.

5.9 Ocupação irregular em áreas de APP

Casos de ocupação irregular em áreas de preservação permanente acontecem de maneira muito rápida, pois, tais infratores conhecem a lei e as sanções a serem tomadas.

Quando acontece a denúncia, a equipe de fiscalização se desloca rapidamente sempre com o apoio de guardas municipais e, em alguns casos a polícia militar. Pessoas de má índole e grileiros podem ser encontrados no local, sendo que ameaças aos agentes fiscalizadores já ocorreram no passado.

Se a construção ainda estiver em andamento, há a possibilidade de demolição imediata, solicitando apoio do maquinário da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transporte para a demolição.

No caso da construção já estar pronta e haver moradores no local, o morador é autuado para retirar a construção do local. No caso de descumprimento, é solicitada a justiça que seja providenciado um ato demolitório.

Casos de invasão são delicados, pois, além do risco de haver elementos de má índole, pessoas que utilizam seus filhos e até mesmo filhos de vizinhos para tentar sensibilizar as equipes de fiscalização. Casos de pessoas que vendem essas casas em local irregular, e se deslocam para outra área, para se obter da mesma vantagem,

também são recorrentes.

Outra maneira que os infratores tentam para intimidar as equipes é citar a ajuda de algum vereador ou funcionário da prefeitura que tenha algum cargo de chefia, porém sem nunca conseguirem provar tais ajudas.

A maioria desses casos acaba na justiça. Certas vezes, uma comunidade se torna tão grande, que a Prefeitura, com a ajuda de outros órgãos, tentam regularizar os locais que são passíveis para tal.

5.10 Criação de animais silvestres

Existem muitas denúncias no município referente a criação e comercialização de animais silvestres, em sua unanimidade, pássaros aprisionados sem os devidos registros e documentação.

Nesses tipos de denúncia é verificada a espécie do animal, pois existem pássaros que não precisam de registro para serem criados, para espécies protegidas, sem a anilha – identificação colocada na perna do pássaro – e registro do IBAMA, os animais são apreendidos, além de ser lavrada multa calculada por risco de extinção e por indivíduo apreendido.

Para a criação de animais desse tipo, o criador deve ter licença para tal fim e todos os registros necessários. Para aqueles que querem ter como animal de estimação, deve-se comprar dos criadores registrados no IBAMA, como dito anteriormente, além de ter nota fiscal da compra documentação referente ao registro e anilha de identificação do animal.

Nos casos dos animais apreendidos, é verificado o comportamento do animal dentro das gaiolas, pois esse comportamento indica aproximadamente se os animais foram presos recentemente ou se já estão presos por um longo período de tempo.

Os animais são levados para o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) no Município de Tijucas do Sul – PR, onde passam por uma avaliação com profissionais habilitados para serem reinseridos a natureza, caso essa reinserção não seja possível, os animais são encaminhados para criadores registrados.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A realidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Araucária não difere da realidade de outros municípios do país sendo uma equipe pequena para uma grande demanda de trabalho.

Hoje a Secretaria conta com apenas dois fiscais para ir a campo, e um deles é responsável ainda pelo licenciamento de corte de vegetação, o que dificulta em muitas situações o desempenho da equipe, pois o agente fiscalizador não pode ir a campo sozinho, por questões de segurança e questões legais.

No corrente ano de 2015, até o mês de julho, já chegaram a secretaria aproximadamente quinhentas denúncias dos mais diversos problemas, tendo que ser vistoriadas em campo, relatórios, e acompanhar todo o processo administrativo até o fim.

Outra questão que dificulta a fiscalização é a manutenção dos veículos, pois por se tratar de órgão público há trâmites legais para contratar empresa e comprar peças que necessita, e dependendo da avaria podendo ficar até dois meses parada para concerto.

A descentralização do licenciamento a nível municipal pode ajudar muito a emissão de licenças, porém pode dificultar as fiscalizações se não houver aumento da equipe, também a atualização das bases de dados municipais.

Como sugestão à Secretaria, recomenda-se um aprimoramento na coleta de dados, de forma que se possibilite a caracterização mais específica de cada um dos casos de autos de infração ambiental. A criação de um banco de dados padronizado e atualizado poderia auxiliar na gestão ambiental estratégica do Município, fornecendo informações precisas que auxiliam no norteamiento de políticas públicas de controle e prevenção do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ABNT. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10151 – Acústica – Avaliação de ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento.** Rio de Janeiro, 2000

ABNT. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10152 – Níveis de ruído para conforto acústico.** Rio de Janeiro, 1987

ARAUCÁRIA. Código de Posturas do Município, Lei N° 2159, de 19 de Janeiro de 2010. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/codigo-de-posturas-araucaria-pr>> Acesso em 20 Jul 2015.

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, **Apresentação da Secretaria.** Disponível em: <<http://www.araucaria.pr.gov.br/pma/secretarias/meio-ambiente/>>, acesso em 21 Jul 2015.

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, **Apresentação da Secretaria.** Disponível em: <<http://www.araucaria.pr.gov.br/pma/secretarias/meio-ambiente/infraestrutura/>>, acesso em 21 Jul 2015.

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, **Apresentação da Secretaria.** Disponível em: <<http://www.araucaria.pr.gov.br/pma/secretarias/meio-ambiente/limpeza-publica/>>, acesso em 21 Jul 2015.

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, **Apresentação da Secretaria.** Disponível em: <<http://www.araucaria.pr.gov.br/pma/secretarias/meio-ambiente/educacao-ambiental/>>, acesso em 21 Jul 2015.

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, **Apresentação da Secretaria.** Disponível em: <<http://www.araucaria.pr.gov.br/pma/secretarias/meio-ambiente/control-ambiental/>>, acesso em 21 Jul 2015.

BRASIL. Resolução Nº 237, DE 19 DE dezembro DE 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acesso em 20 jul 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 20 Jul 2015.

BRASIL. Decreto Nº 6.514, de 22 de Julho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm> Acesso em 20 Jul 2015.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm> Acesso em 20 Jul 2015.

HISTÓRICO DO IAP. Disponível em:

<<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=349>>, acessado em 20 jul 2015.

DUARTE, P. A. N. **Fiscalização Ambiental no Estado do Paraná (Brasil) e no Estado de Baden-Württemberg (Alemanha)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado Profissional em Meio Ambiente Urbano e Industrial – Universidade Federal do Paraná – UFPR, SENAI, Universidade de Stuttgart. 2013.

FILHO, L. G. F. Proteção ambiental dos povos da antiguidade. Blog. Disponível em: <<http://flavionogueira.wordpress.com/meio-ambiente/protecao-ambiental-dospovos-da-antiguidade/>>, acessado em 20 jul 2015

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações Estatísticas Do Município De Araucária**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410180&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acessado em: 20 dez 2015

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. Portaria Nº 096, de 22 de Maio de 2007.

Disponível em:

<http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/PORTARIAS/PORTARIA_2007_96.pdf> Acessado em; 18 jul 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Resolução N° 051 de 23 de Outubro de 2009. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/oficina_eixo2_DLAE_resolucao_SEMA.pdf> Acesso em: 18 jul 2015.

SILVA, E. S.C. História do Direito Ambiental Brasileiro. Disponível em <www.mackenzie.br/fileadmin/FMJRJ/coordenadoria_pesq/Revista_CADE/CADE_5/historia_direito.doc> Acesso em 20 jul 2015

WAINER, A. H. **Legislação Ambiental Brasileira: Evolução Histórica do Direito Ambiental**. R. Inf. Legisl. Brasília. A 30 n. 118, abr./jun. 1993. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176003/000468734.pdf?sequence=1>> Acesso em: 19 jul 2015.